

## **MONOPOLIZAÇÃO CAPITALISTA NA PRODUÇÃO DE TABACO: SUBORDINAÇÃO E RESISTÊNCIA CAMPONESE NA MESSORREGIÃO OESTE DO PARANÁ<sup>1</sup>**

Jennifer Paola Vicini<sup>2</sup>  
Djoni Roos<sup>3</sup>

### **Resumo**

O presente artigo tem como objetivo compreender e debater as contradições da expansão do capitalismo no campo, sobretudo, quando é através da exploração e sujeição camponesa, fato este, que ocorre de maneira expressiva na produção de tabaco realizada de forma “integrada” entre camponeses e fumageiras, onde incide a monopolização capitalista da propriedade camponesa pelo capital industrial. Dessa forma se busca problematizar aqui a relação contraditória entre subordinação e resistência ao capital enfrentada pelo campesinato e compreender como o capitalismo se apropria de relações não capitalistas de produção, como é o caso do trabalho familiar camponês, para a sua acumulação e, contraditoriamente, como os camponeses encontram bases para sua resistência no campo no interior desse capital.

**Palavras-chave:** Campesinato; Subordinação; Resistência.

### **Introdução:**

A expansão é o princípio do capitalismo, seja no campo ou na cidade, o mesmo precisa se reproduzir de forma ampliada para garantir a acumulação. No campo, sobretudo, nas propriedades camponesas, uma das maneiras que o capital encontrou para se expandir é através da sujeição, ao processo de acumulação, de relações não capitalistas de produção como a força de trabalho familiar, o modo de vida e a organização da propriedade camponesa.

O capital encontra a sua maneira de adentrar-se no campo, seja pela expulsão, expropriação ou pelo processo de subordinação, que cabe aqui enfatizar como questão central deste trabalho.

---

<sup>1</sup> Este trabalho tem como base nossas reflexões iniciais no mestrado em Geografia, bem como, a pesquisa de monografia em Geografia (Subordinação e Resistência camponesa na produção de tabaco em Porto Mendes, Marechal Cândido Rondon-PR), na qual, buscou-se entender as contradições que envolvem a produção de tabaco desenvolvida nas propriedades camponesas, com enfoque no distrito de Porto Mendes, município de Marechal Cândido Rondon-PR. Agradecimentos: **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsa de estudos.**

<sup>2</sup> Graduada em Geografia Licenciatura; Acadêmica do Programa de pós-graduação em Geografia, nível mestrado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Marechal Cândido Rondon. Membro do Laboratório de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade (GEOLUTAS). Endereço eletrônico: paola\_djeni@hotmail.com.br.

<sup>3</sup> Professor do curso de Graduação em Geografia e dos Programas de Pós-Graduação em Geografia e, em Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Marechal Cândido Rondon. Membro do Laboratório de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade (GEOLUTAS). Endereço eletrônico: djoni\_roos@yahoo.com.br.

O camponês pode ser considerado obstáculo à expansão do capitalismo, pois este luta para permanecer na terra e com isso, possui os meios de produção e reprodução. No entanto, o modo capitalista de produção e a falta de políticas públicas, dificultam a sobrevivência camponesa, principalmente em relação a inserção de seus produtos no mercado, fazendo com que os camponeses mesmo “livres”, donos do seu tempo, tenham que subordinar a sua produção aos ditames do capital, como forma de resistir no campo. Nesse sentido, é necessário compreender um conjunto de contradições que tangem a agricultura camponesa e o capital, diante de uma expansão cada vez maior do capital industrial no campo.

Neste trabalho, enfatiza-se a produção de tabaco realizada por camponeses integrados com fumageiras na mesorregião Oeste do Paraná, sobretudo sendo o eixo central da pesquisa o município de Marechal Cândido Rondon o qual é destaque na produção de tabaco e conforme pesquisa realizada neste município será feito um debate para compreender as contradições existentes nesse processo.

Dessa forma, propõe-se aqui trazer para o debate, a expansão do capitalismo e suas contradições, primordialmente, na produção de tabaco. Assim busca-se compreender a subordinação da renda da terra camponesa pelo capital industrial, e, ao mesmo tempo, a relação disto com a possibilidade de resistência camponesa na terra, entendendo a produção de tabaco na lógica da complementaridade camponesa.

### **A produção de tabaco no Oeste do Paraná: enfoque no município de Marechal Cândido Rondon**

A base deste artigo são as reflexões iniciais da pesquisa de mestrado que está sendo desenvolvida, sobretudo, com estudos para compreensão da territorialização da produção de tabaco na mesorregião Oeste do Paraná, no qual foram selecionados os municípios lindeiros ao Lago de Itaipu como os centrais da pesquisa, por se destacarem na produção de fumo.

Contudo, se propõem neste trabalho, mencionar as contradições da expansão do capitalismo para o campo, principalmente partindo da fomicultura, a partir de pesquisa já realizada no município de Marechal Cândido Rondon (PR) especificamente no distrito de Porto Mendes (VICINI, 2017), no qual se concentra a maior parte de famílias camponesas integradas na produção de fumo. Desta forma, os relatos aqui apresentados são resultados da pesquisa de campo feita com aplicação de questionários aos camponeses entrevistados para realização da referida pesquisa.

A produção de fumo no Paraná conforme o (DERAL, 2015/16, p.4) iniciou na década de 1960, estando totalmente integrada com as indústrias, sendo que, antes desta década, a produção paranaense era explorada de forma artesanal, processada na propriedade do produtor e vendido no comércio local. Atualmente no Paraná, cerca de 39% dos municípios (143) possuem famílias integradas á empresas fumageiras para o cultivo de tabaco (DERAL, 2015/16, p.5).

Em todo o estado do Paraná, de acordo com o DERAL (2012/13, p.12) “existe uma área de 71.000 ha e uma produção de 158.000 toneladas de fumo em folha. Nas últimas duas safras os plantios estão concentrados em áreas maiores, pois houve a redução de 36.000 famílias para 31.000 e a produção permaneceu praticamente igual”. Ainda de acordo com DERAL (2012/13, p.3) o Paraná ocupa a 3ª colocação na produção nacional de fumo, sendo superado apenas pelos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Sendo que o “Paraná aumentou a sua participação na área plantada de 11% para 19% nos últimos sete anos”.

A produção de fumo no estado do Paraná está concentrada principalmente na região sul, em determinados núcleos regionais, sendo estes:

Núcleos Regionais de Irati, Ponta Grossa, Curitiba, União da Vitória e Guarapuava. Nestes Núcleos cultiva-se o fumo de estufa e nos Regionais de Francisco Beltrão, Pato Branco e Cascavel, predomina o tipo galpão, cuja colheita é realizada em uma única vez e a secagem das folhas é feita ao ar livre, com o pé inteiro pendurado em galpões. (DERAL, 2015/16, p.11).

Dos 143 municípios paranaenses, que aderem á produção de tabaco destaca-se entre eles o município de Marechal Cândido Rondon localizado na região oeste do estado. É importante frisar que é, na região oeste, que se produz o fumo comum, e em menor escala o burley com a produção de fumo de galpão, não sendo praticado o fumo de estufa. O fumo do tipo comum é muito pouco produzido em outros estados da região sul. Isto se confirma com a entrevista<sup>4</sup> feita com os agricultores: “aqui so planta o fumo comum, a maioria do fumo comum que tem, sai da qui”. (H. Porto Mendes, 2016).

Dados coletados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) demonstram a produção de fumo em folha, sobretudo o fumo comum no

<sup>4</sup> O referencial utilizado nas citações dos entrevistados corresponde a primeira letra do sobrenome dos mesmos, utiliza-se desta metodologia para não expor totalmente os camponeses.

município de Marechal Cândido Rondon produzido no ano de 2016, como é possível ver na tabela 1.

**Tabela 1 – ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO DE FUMO EM MARECHAL CÂNDIDO RONDON**

Área Colhida (ha)	Produção (T)	Rendimento médio de Kg/ha
312	771	2.471

Fonte: IPARDES, Setembro 2016.

Estes dados mudam de acordo com a tabela 2, logo abaixo, que representa a produção de fumo no município de Marechal Cândido Rondon, referente ao ano de 2015 retirado do Seab/Deral<sup>5</sup>. Estes dados correspondem ao primeiro levantamento da produção rural paranaense por município realizado pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

**TABELA 2: LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO MUNICIPAL DE FUMO**

Produto	Unidade	Área	Produção/Reb.Estático	Valor (R\$)
Fumo	TON	305,10	762,75	5.111.187,75

Fonte: Seab/Deral, 2015.

É possível ver o alto valor arrecadado em 2015, com a produção de fumo em folha no município, com a subordinação da produção camponesa, pois quem produz isso tudo são os camponeses. Conforme dados coletados na prefeitura municipal de Marechal Cândido Rondon, a área das famílias camponesas que cultivam o fumo é de até 10 hectares.

Evidencia-se que atualmente, de acordo com a entrevista realizada com o transportador de fumo da Souza Cruz, morador de Porto Mendes, existe um total de 82 famílias produtoras no município de Marechal Cândido Rondon, sendo todas integradas com a fumageira Souza Cruz.

As propriedades onde se desenvolvem esta cultura no município, como já mencionado, equivalem a áreas com até 10 hectares e isto demonstra a complexa articulação entre o capital industrial com as pequenas propriedades. Onde a indústria fumageira utiliza-se da propriedade camponesa que é fundamentada em relações não capitalistas de produção, para expandir suas formas de acumulação.

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://www.agricultura.pr.gov.br/>>.

Este capital industrial se expande pela apropriação da produção camponesa que se dá com um incessante ciclo de produção, no qual são realizados diferentes processos até chegar à fase final do fumo.

Conforme os dados coletados no trabalho de campo, os produtores de fumo realizam duas safras por ano, conhecidas como o fumo de inverno e o de verão. Isto evidencia também a necessidade de aproveitamento melhor da terra, já que, geralmente, grande parte dos camponeses em estudo possuem em torno de 10 hectares e acabam não plantando muito fumo em cada safra, o que possibilita usar o restante da terra para outros cultivos.

### **Subordinações e resistências camponesas na produção de tabaco**

A produção de tabaco expressa nitidamente à expansão do capital no campo. No entanto, esta relação, que ocorre nas propriedades camponesas, não é tipicamente capitalista, pois não é fundada no trabalho assalariado. Ou seja, o camponês não é assalariado e a relação de trabalho estabelecida é familiar. Porém, esta força de trabalho familiar é subordinada ao comando de grandes empresas do setor, como é o caso da Souza Cruz, empresa fumageira que possui vários “integrados” no oeste do Paraná. Além disso, tudo o que é realizado na propriedade para o cultivo, baseia-se em financiamentos que a empresa faz, sendo que o camponês deve quitar estes com sua produção, quando for o momento da “entrega” do fumo.

Portanto, na propriedade camponesa a acumulação do capital ocorre pela apropriação de relações não capitalistas de produção desenvolvida pelos camponeses. Ou seja, a reprodução do capital, é através da subordinação do fruto do trabalho camponês. De acordo com Oliveira:

Assim, o desenvolvimento contraditório do modo capitalista de produção, particularmente em sua etapa monopolista, cria, recria, domina relações não capitalistas de produção como, por exemplo, o campesinato e a propriedade capitalista da terra. A terra sobre o capitalismo tem que ser entendida como renda capitalizada [...] o processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo se faz na direção da sujeição da renda da terra ao capital, pois assim ele, (o capital) pode subordinar a produção do tipo camponês, pode especular com a terra, comprando-a e vendendo-a, e pode, por isso, sujeitar o trabalho que se dá na terra. (OLIVEIRA, 1990, p.12).

O principal objetivo do capital, com as relações que estabelece com o camponês, é subordinar a renda da terra deste. Este processo ocorre, tanto pela compra da terra do camponês, como também pela subordinação da produção camponesa.

[...] quando submete o camponês aos seus ditames, está sujeitando a renda da terra ao capital. Está convertendo o trabalho excedente do camponês e sua família em renda capitalizada. Está se apropriando da renda sem ser o proprietário da terra. Está produzindo o capital pela via não especificamente capitalista. (OLIVEIRA, 1990, p.53).

Dessa forma o capital, monopoliza sem territorializar-se. No caso da produção de tabaco, a fumageira não necessita comprar a terra do camponês para obter seus lucros, pois nesta relação de “integração” submete a produção a seus ditames, apropria-se da renda da terra e a transforma em renda capitalizada.

Esta sujeição da renda da terra é nítida na produção de fumo, uma vez que, as indústrias fumageiras monopolizam o produto do camponês. Monopolizam, realizando a circulação e estabelecendo os preços dos produtos. Os argumentos de Martins (1986) ajudam a compreender este processo, que leva a subordinação camponesa, pela renda da terra,

Na medida em que o produtor preserva a propriedade da terra e nela trabalha sem o recurso do trabalho assalariado, utilizando unicamente o seu trabalho e o da sua família, ao mesmo tempo em que cresce a sua dependência em relação ao capital, o que temos não é a sujeição formal do trabalho ao capital. O que essa relação nos indica é outra coisa, bem distinta: estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital. (MARTINS, 1986, p.175).

A indústria fumageira monopoliza toda a produção de tabaco, explorando assim não o trabalho do camponês, e sim o fumo que o mesmo produz. O entendimento fala de Paulino (2006) é oportuno para esta questão,

[...] nas formas não tipicamente capitalistas, especificamente na agricultura camponesa, não é o trabalho, mas o produto que o contém, que irá compor a taxa de lucro dos capitalistas, o que os camponeses vendem, no capitalismo, é o produto no qual está contido o trabalho da família. (PAULINO, 2006, p.108).

A empresa fumageira se apropria da renda da terra camponesa, através do fumo, porém, nesta está contido todo o trabalho da família. No entanto, mesmo que os camponeses estejam subordinados a lógica do capital neste sistema integrado, também descobrem

maneiras para diminuir esta sujeição, pois possuem os seus valores e o seu próprio modo de vida e, principalmente, uma autonomia relativa.

Sendo assim, criam estratégias para garantir sua sobrevivência e permanência no campo, ou seja, utilizam diferentes atividades que se complementam. O fumo se constitui em uma das atividades complementares que, juntamente com outras realizadas pelo camponês em sua propriedade como a criação de animais, hortas etc., se erguem como formas de resistência no campo.

Embora vários elementos mostrem a subordinação a que os camponeses estão submetidos neste sistema de integração, os mesmos continuam e criam formas para que este sistema não os “prenda” totalmente e não retire a sua autonomia dentro da propriedade. Sendo assim, considera-se que os camponeses são conhecedores do processo de subordinação que estão submetidos, no entanto, continuam produzindo o fumo, pois este se insere dentro de um conjunto complexo de alternativas para se manter no campo.

Mesmo que o sistema integrado apresente liames para interferir na propriedade camponesa, os camponeses prezam pela sua autonomia. A própria autonomia se constitui em uma resistência camponesa, bem como, os camponeses articulam um conjunto de outras atividades além da integração, que vem a complementar e contribuir de maneira significativa para a permanência destes no campo.

### **As estratégias camponesas: diversificação e resistências**

As estratégias camponesas é o que mantém os camponeses no campo, o que os fazem resistir. E faz parte destas estratégias a diversificação da produção. Neste estudo da produção de tabaco na agricultura camponesa, é possível perceber as várias estratégias utilizadas pelos camponeses em suas propriedades, sendo o fumo uma delas, o que deixa claro a contradição entre a subordinação e a resistência.

Dessa forma o que entra em discussão é o processo de subordinação e sua relação contraditória de resistência. Subordinação dos camponeses ao monopólio das fumageiras, que impõem um processo de sujeição presente nas condições de produção que influenciam na autonomia do camponês.

O fato dos camponeses aceitarem esta “integração” com a empresa fumageira, é uma forma de resistência, pois o fumo se constitui numa alternativa para os camponeses. Uma das

razões é que este cultivo necessita de pouca área de terra e de elevada força de trabalho, o que permite a ocupação dos membros das famílias nas atividades. Enquanto para as indústrias fumageiras, esta relação amplia as formas de acumulação de capital.

No entanto, ressalta-se conforme contribuição de Paulino (2006, p.112) que a monopolização não se dá de forma hegemônica dentro da fração camponesa do território, pois é na combinação de diferentes atividades que se definem os níveis de sujeição da renda, e, por conseguinte, a capacidade que cada família possui de retê-la. Assim,

As diversificação da produção é uma maneira de se proteger das formas predatórias de extração de rendas, perpetradas por diferentes agentes do capital. Assim, quanto maior for à variedade de cultivos, criações e demais atividades afeitas, menor a vulnerabilidade e maior a possibilidade de os camponeses se apropriarem da renda gerada internamente. (PAULINO, 2006, p.112).

Sendo assim, os camponeses têm demonstrado também capacidade de resistir à imposição das relações capitalistas e subverter a ordem da indústria. Alguns destes aspectos da resistência podem ser visualizados no fato dos camponeses manterem sua autonomia e o controle no processo produtivo, pois sabem naturalmente como se produz e possuem todos os instrumentos de produção. Conforme Fabrini,

As relações camponesas são marcadas por uma certa autonomia e controle do processo produtivo, diferentemente do que ocorre na produção em escala do agronegócio, por exemplo. Embora subordinados, os camponeses não estão alienados como os operários assalariados no processo formal e real de subordinação. A alienação que atinge os trabalhadores expropriados não atinge o camponês da mesma forma, pois este é conhecedor do processo de produção. (FABRINI, 2006, p. 16).

O camponês conhece o processo de produção e não somente do fumo, pois não é dedicado somente a esta única atividade. O camponês produz inúmeros cultivos, tanto para as necessidades imediatas da família, ou seja, para o autoconsumo, quanto para o comércio (leite, derivados, milho etc.). Já o fumo, conforme relato de um camponês (Z, Porto Mendes, 2016) “o dinheiro que sobra do fumo daí nós usa pra compra outras coisa pra dentro de casa”, ou seja, para a obtenção daquilo que eles não conseguem produzir.

Os camponeses encontram no fumo mais uma possibilidade de sobrevivência, sendo este uma forma de resistência no campo, porém sabem o quanto são subordinados neste processo de integração e, portanto, encontram formas de resistir a esta sujeição.



Dentre as formas de resistir as imposições que ocorrem no cultivo do fumo, podemos citar a manutenção da criação de seus animais como as galinhas, cachorros etc. Sendo que é uma imposição da empresa que os mesmos fiquem presos, isto fica claro conforme o relato de um camponês nas entrevistas realizadas durante a pesquisa,

“É cada vez mais exigência, tem que tá sempre com o pátio limpo, os galpão organizado, não pode te pena de galinha, tem que cuida com os animais pra não i perto do fumo agora querem que fecha o galpão” (H, Porto Mendes, 2016).

Constitui-se ainda em outra forma de resistência dos camponeses, frente a empresa fumageira, a venda do fumo para os “picaretas”<sup>6</sup>. Os camponeses vendem o fumo, que por vezes, a indústria fumageira iria pagar menos, ou o devolveu. Isto fica claro conforme a narração de um camponês entrevistado,

O mais engraçado é que com tudo o fumo eles não ficam, mais eles ficam bem certinho com aquele tanto que tem pra desconta, os meu 5 mil memo ta tudo lá, eles seguram o dinheiro da gente, isso que desanima, e daí tem que vende pros picareta memo. (L, Porto Mendes 2016).

A questão dos fardos de fumo que não são aceitos e são devolvidos aos camponeses, demonstra o oligopólio das fumageiras e a sujeição do camponês. Sendo que, os camponeses são obrigados a seguir normas na produção bem como adequar a propriedade para o cultivo e ainda assim, se vêm burlados.

Esta é uma alternativa que os camponeses encontraram para não perder a sua produção, na qual está contida o trabalho de toda a família, bem como, para garantir a renda necessária para a sobrevivência dos mesmos, além de reforçarem, ainda, a autonomia na propriedade.

No entanto o fumo, que é uma estratégia de existência camponesa, como mencionado, é uma contradição que se estabelece na subordinação. São vários os elementos que indicam isso, os quais citados anteriormente demonstram como a fumageira interfere na autonomia camponesa através das regras impostas e por muitas vezes, deixam os camponeses de mãos

---

<sup>6</sup> Picaretas é um termo utilizado para mencionar os compradores de fumo que não são vinculados a fumageira a qual o camponês é integrado, são compradores autônomos que passam nas propriedades camponesas para comprar o fumo dos camponeses.

atadas diante de algumas situações, como quando não ficam com toda a produção, porém impõem regras nessa produção.

Nesse quesito, fica bastante claro que as empresas são as portadoras das necessidades que precisam ser criadas. Cabe a elas apresentar as novidades, oferecendo orientações e pareceres técnicos que, em essência, constituem formas dissimuladoras da constante pressão para que os produtores se modernizem. É essa estratégia que lhes permite oferecer o ônus do redimensionamento dos padrões de qualidade e produtividade. (PAULINO, 2006, p.119).

Na produção de tabaco as imposições realizadas pela indústria ao camponês ocorrem também em prol das demandas para a exportação do fumo. Assim os camponeses devem produzir o fumo que seja ideal para esta exportação, com padrões de qualidade a serem seguidos e para isso, muitas vezes precisam adequar sua propriedade a estes quesitos, com construções de mais galpões e estruturas ou modificações das existentes.

Para adequar o fumo à exportação, os camponeses seguem regras na própria forma de produzi-lo. Nesse sentido a argumentação de Paulino serve de exemplo,

Tudo isso impõe aos camponeses uma forma de investimento que contraria a lógica da versatilidade produtiva, em face do caráter específico das instalações, que não prestam a outro fim. Esse é um dos motivos pelos quais, uma vez integrados, os camponeses tendem a permanecer na atividade, apesar de todos os percalços. Em relação diretamente proporcional, isso dá margem para que as empresas possam jogar com o mercado, tanto na perspectiva de estoques quanto na de preços, pois o respaldo está nos produtores, importantes depositários de eventuais prejuízos. (PAULINO, 2006, p.119-120).

O raciocínio de Paulino evidencia o processo contraditório entre subordinação e resistência que se estabelece na produção de tabaco. Ou seja, os camponeses se inserem no sistema integrado vendo o fumo como alternativa de sobrevivência e assim se subordinam aos ditames do capital industrial. Esta subordinação e as imposições acabam mantendo os camponeses na integração, pois, fazem diversos financiamentos para adaptar a propriedade para o cultivo do fumo e não param de produzir, posto que há um conjunto de financiamentos a pagar e a única opção é continuar a produzir, apesar de todas as adversidades. Já a empresa fumageira ciente dessa situação, em que o camponês se encontra, sendo apenas um fornecedor do produto, joga de acordo com o que lhe convém.

E é por isso que os camponeses do distrito de Porto Mendes em Marechal Cândido Rondon, com todas essas contrariedades continuam a plantar fumo, pois conforme a análise de Paulino (2006, p.120) ao analisar o sistema de integração no Norte do Paraná:

Aí esta em jogo uma questão essencial: a sobrevivência. E entende-la por intermédio da integração, prática que aparentemente viola a autonomia camponesa, seu princípio mais sagrado, requer um olhar mais cuidadoso para a diversidade de estratégias empreendidas pelos camponeses.

O sistema de produção de fumo por meio da “integração” se constitui enquanto uma estratégia para a manutenção da condição camponesa e, mesmo estando subordinados, os camponeses, (como visto na fala dos mesmos), buscam sempre manter certo grau de autonomia. Ou seja, eles se submetem a esta relação subordinada, por que muitas vezes esta evita que os mesmos sejam expropriados do campo, seja vendendo ou arrendando suas terras a outrem. O entendimento de Paulino contribui nesta compreensão:

“[...] Tomar a integração a partir de uma contraposição simplista, pautada no pressuposto de que, se a mesma é vantajosa para a empresa, obrigatoriamente os integrados só tem a perder, é um equívoco” (PAULINO, 2006, p. 121).

Como visto anteriormente nos depoimentos dos camponeses, em várias situações, os mesmos foram/são prejudicados e tiveram/tem prejuízos na produção de fumo. No entanto, relatam também alguns “benefícios” da integração com as fumageiras, certamente uma delas é ter o destino certo da produção, ter alguém que irá comprar, embora esta afirmação seja questionada com a devolução de fardos nas últimas safras.

Outra questão avaliada pelos camponeses como “benefício” é o fato da empresa oferecer diretamente os financiamentos, assim como os camponeses mesmo relataram (Z, Porto Mendes, 2016). “nóis não temo que fica correndo atraís de banco”. Além disso, os camponeses entrevistados evidenciaram como algo bom da integração o fato da empresa trazer até a propriedade os insumos, agrotóxicos etc, mesmo que isso seja cobrado pela empresa. Conforme Paulino,

Questões derivadas da conjuntura mais geral que envolve a agricultura, sobretudo a agricultura familiar camponesa, fazem com que os integrados desfrutem de uma série de benefícios que os demais não conseguem obter quando da inserção direta no mercado. É o próprio mercado que faz da integração uma estratégia de reprodução camponesa, senão vejamos: vivemos sob a égide do capital monopolista, cuja força oligopolista dá o tom ao mercado. (PAULINO, 2006. p.121).

É possível ver nesta compreensão, os “benefícios” que os camponeses encontram na integração, pelo fato da própria fumageira funcionar como um banco e por disponibilizar o que é necessário para o cultivo do fumo isto se torna favorável no entendimento dos camponeses, no entanto a verdadeira lógica desta “função de banco” é deixar o camponeses com dívidas e conseqüentemente “amarrado” neste sistema, tendo que produzir para quitar os financiamentos, isto é dar a “entrega” do fumo.

Dessa forma, o sistema integrado do fumo gera dívidas aos camponeses, de maneira que por mais que queiram cessar com esta produção, ficam impossibilitados de parar de cultivar o fumo, pois possuem as finanças e só conseguem esta quitação produzindo para empresa.

Diante disso, continuam com o fumo, no entanto, este cultivo não lhes garante a sobrevivência e por este motivo o utilizam como algo complementar e não como a única atividade desenvolvida na lavoura, ou seja, perfazem a combinação de outras atividades que gerem renda internamente na propriedade, para além do fumo e incrementam assim um conjunto de resistências, Conforme Paulino (2006, p. 122) “Depreende-se assim que a integração se sustenta entre os mesmos por se tratar de uma atividade complementar [...]”.

Uma vez que, a complementaridade é uma estratégia central dos camponeses, pois contribui significativamente para a manutenção dos mesmos no campo, sendo que, podem assim garantir a sobrevivência, produzindo os próprios alimentos e conseguem isto através de suas hortas, fruticultura, além de manter assim, a própria cultura camponesa, ou seja, os ensinamentos passados de pais para filhos e por vezes mantém ainda uma relação com os vizinhos através das trocas de produto, como por exemplo, de sementes, animais, etc. Bem como, legitima a autonomia camponesa frente a complementaridade do fumo, o qual é contraditório aos camponeses.

Dessa forma, a integração com a fumageira estabelece uma relação de subordinação e resistência, sendo fundamental nesse processo a sobrevivência camponesa através da complementariedade, conforme o raciocínio de Paulino:

[...] o caráter complementar da integração que acena par uma forma de recriação camponesa, que permite ver sob outro prisma a intervenção em relação a uma atividade específica, para que as demais possam ser desenvolvidas com menores sobressaltos. Tendo como base Oliveira (1994) fica fácil entender ser essa uma estratégia de preservação dos meios de produção e, por conseguinte, da própria

autonomia que deriva da diversidade produtiva centrada na unidade familiar. (PAULINO, 2006, p.123).

Como foi visto por reiteradas vezes, os camponeses mesmo integrados na produção de fumo, em uma relação de imposição de diversas regras, ainda mantém sua autonomia, isto porque iniciar á integração foi uma escolha do camponês, como algo complementar. E esta autonomia camponesa se fortalece com as demais atividades executadas no sítio, pois os camponeses não são monocultores de fumo, além deste, realizam um conjunto de outras atividades e cultivos.

A diversidade na propriedade contribui para que os camponeses mesmo que integrados com empresas capitalistas possam manter a sua autonomia, sendo que também, é algo típico dos camponeses, produzir para sua própria subsistência para preservar a qualidade de vida da família, sobretudo, em relação aos alimentos consumidos no núcleo familiar. Conforme Fabrini (2006),

Embora a produção camponesa esteja integrada aos mercados capitalistas mundiais, a família se constitui numa unidade econômica de produção e apresenta uma lógica diferente da empresa, pois é regida pelas necessidades, consumo e sobrevivência do grupo. Neste caso, o estudo de Chayanov (1977) serve para sustentar a idéia de controle do processo produtivo no estabelecimento camponês da “porteira para dentro”, pois a produção é pautada e limitada pelas necessidades de sobrevivência e não de lucro e acúmulo infinito. (FABRINI, 2006, p.17).

A produção de fumo, conforme relatado pelos camponeses, exige muita força de trabalho da família e conseqüente cansaço físico, entretanto, ao ser perguntado em entrevista se os mesmos realizam outras atividades na propriedade além do fumo, todos os entrevistados afirmaram que sim. Justificando que é um incentivo da própria fumageira e principalmente para pagar as contas mensais: “o dinheiro do fumo não dá todo mês. Daí nós vende leite também, pra outras despesas, que nem a conta da água, luz, rancho.” (H, Porto Mendes, 2016).

Assim, para se manterem os camponeses realizam diversas atividades além do fumo. Dos entrevistados, todos possuem vacas, suínos, bovinos e galinhas, para o consumo da carne que não é comprada no mercado, como também para o consumo do leite. Uma camponesa relatou ainda que utiliza o leite para fazer queijos que são comercializados na vila de Porto Mendes, juntamente com ovos e gordura animal (banha). Além disso, possuem horta e plantam milho, mandioca e pasto para trato dos animais.

A diversidade existente na propriedade camponesa é compreendida assim como estratégias de sobrevivência e resistência e o fumo, embora imbuído na subordinação da renda camponesa é visto pelos camponeses como uma alternativa de resistência no campo.

A diversidade na propriedade camponesa demonstra que os mesmos não produzem somente para a venda, mas também para o autoconsumo da família. Assim a diversificação é fundamental para a manutenção dos camponeses no campo, além de ser algo da natureza do campesinato, uma vez que na propriedade destes inexistente a monocultura.

A produção integrada de fumo coloca em discussão realidades diferentes, de um lado uma lógica dominante e capitalista que visa à sujeição obrigatória da renda da terra camponesa, fomentando as relações de subordinação que certamente interferem na autonomia camponesa. De outro lado uma família que se encarrega de produzir e entregar a matéria prima para a indústria fumageira e ainda, busca maneiras de manter sua autonomia frente ao capital monopolizador.

Ressalta-se ainda, que foi perguntado aos camponeses se gostavam de plantar fumo e como analisavam a integração. Entre os entrevistados, um agricultor relatou que gostava de “mexer com o fumo e que a integração estava boa” (D, Porto Mendes, 2016). No entanto, com os demais ficou visível a insatisfação e imensa vontade de parar com o cultivo, principalmente nas mulheres, as quais relataram ser um serviço muito pesado e que se tivesse outra coisa para viver iria deixar do fumo. Em relação à integração em suas diferentes palavras a consideraram como de razoável a ruim.

Os camponeses questionam também, as regras que são impostas para a utilização de equipamentos de segurança, como o uso de luvas e máscaras, as quais a fumageira os obriga a ter, o que ocorre por meio da compra. Em relação a esta situação um camponês argumentou que “pelo menos essas coisinha eles podiam dá pra gente, já que é obrigado a ter” (R, Porto Mendes, 2016). O mesmo camponês acrescentou ainda que não tem nenhuma fiscalização para ver se estão sendo usados estes equipamentos, “não sei pra que compra se depois nem é preciso usa” (R, Porto Mendes, 2016).

Estas falas, por vezes evidenciam como o processo de integração é contraditório e baseado em relações não capitalistas de produção em que o camponês é visto pela empresa fumageira apenas como o fornecedor de matéria prima. Porém, a empresa fumageira não é individual neste sistema integrado e a contradição é presente em todos os sentidos desta relação de produção.

Sabe-se assim, que o camponês não é um mero fornecedor de produto, o camponês é uma classe social que está resistindo no campo e cultiva fumo de forma integrada enquanto um elemento dentre suas variadas estratégias para sobrevivência.

No entanto este “pacote” que o sistema integrado oferece ao agricultor é transformado e uma constante subordinação aos mesmos, pois o que prevalece nesta relação são os interesses da empresa capitalista. Porém a contradição se intensifica pelo fato do camponês encontrar nesta integração que o subjuga, uma alternativa de renda que compõem as estratégias cunhadas para sua resistência no campo e assim, garantir sua reprodução social. Ou seja, o fumo para o camponês é algo complementar, e se constitui numa resistência para sua manutenção no campo.

Compreende-se assim a subordinação e resistência como a contradição da produção de tabaco. Nessa conclusão, é que se ressalta a necessidade de fortalecer a diversificação na propriedade camponesa, pois os camponeses buscam novas formas de resistir, porém as amarras da relação de produção com a indústria fumageira dificultam a substituição da produção do fumo por outra. Bem como, a falta de políticas públicas para a classe camponesa acaba por fortalecer este capital monopolizador, restando ao camponês ser subalterno, porém resistente e garantido a própria existência.

Neste âmbito os camponeses lutam para continuar a serem camponeses e como foi visto por reiteradas vezes lutam também para que a integração não retire o pouco de autonomia que lhes resta neste processo contraditório.

### **Considerações Finais:**

Compreende-se assim, que existe um conjunto de contradições na produção de tabaco no município de Marechal Cândido Rondon, as quais demonstram que a indústria fumageira, se expande na pequena propriedade através da subordinação da produção camponesa. De forma que, os camponeses passam a trabalhar para a indústria, em um sistema de integração e embora a terra seja do camponês, o lucro principal fica para os capitalistas.

É esta a lógica do capital: explorar e lucrar. Isto funciona na produção de tabaco, porque toda a renda produzida pelo camponês é transferida para a indústria fumageira. O fruto do trabalho do camponês se concretiza na riqueza da indústria fumageira.

Neste âmbito a produção de tabaco é uma cadeia produtiva que mantém o camponês endividado e subordinado a uma empresa fumageira. Desse modo, é preciso reconhecer o

tabaco como uma produção que é voltada para o capital industrial e para a acumulação do mesmo. Assim, o capital industrial torna a propriedade camponesa uma unidade de produção, que garante acúmulo de capital através da extração da renda da terra camponesa.

No entanto, verifica-se diante da pesquisa realizada no município, que o tabaco faz parte de um conjunto de atividades que os camponeses utilizam em sua propriedade de forma a complementar a renda e criar formas de resistência para permanecerem no campo. A existência da diversificação da produção nas propriedades camponesas demonstrou também a tentativa de fazer permanecer a autonomia na propriedade.

É possível perceber dessa forma que os camponeses se submetem a esta relação de integração, em uma luta para permanecerem em suas terras e para continuarem sendo camponeses. Ainda que se considere que através dessas relações de integração o camponês consegue se reproduzir dentro do capitalismo, isto deve ser analisado como algo contraditório.

No entanto reconhecer que subordinação e resistência fazem parte da relação de integração na produção de tabaco, não significa admitir e conformar-se que estas 82 famílias integradas de Marechal Cândido Rondon, assim como os demais camponeses de toda região Oeste que cultivam fumo irão continuar sempre nesta relação. E é nesse sentido em que se deve reforçar a autonomia camponesa, pois manifesta a luta dos mesmos pela sua condição de autônomos e assim prosseguir, encontrando formas para que possam continuar sendo camponeses sem estar sujeitos ao capital monopolizador.

## Referências Bibliográficas

**DERAL** - Departamento de Economia Rural Fumo - Análise da Conjuntura Agropecuária  
Outubro de 2012/2013. Disponível em:  
[www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/Prognosticos/fumo\\_2012\\_13.pdf](http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/Prognosticos/fumo_2012_13.pdf)

**DERAL** - Departamento de Economia Rural Fumo - Análise da Conjuntura Agropecuária  
Outubro de 2015/2016. Disponível em:  
[www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/Prognosticos/fumo\\_2015\\_16.pdf](http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/Prognosticos/fumo_2015_16.pdf)

FABRINI, João, E. A escala da luta e resistência camponesa. Geosul, Florianópolis, 2006.

MARTINS, José, de Souza. **Os camponeses e a Política no Brasil**. 3<sup>o</sup> Ed. Petrópolis: Vozes Ltda, 1986.



\_\_\_\_\_. **O cativo da terra.** 4º Ed. São Paulo: HUCITEC, 1990.

OLIVEIRA, Ariovaldo, Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil.** 2º Ed. São Paulo: Contexto, 1996.

\_\_\_\_\_. **Modo capitalista de produção e agricultura.** 3º Ed. São Paulo: Ática, 1990.

PAULINO, Eliane, Tomiasi. **Por uma geografia dos camponeses.** São Paulo: UNESP, 2006.

VICINI, Jennifer, P. **Subordinação e resistência camponesa na produção de tabaco em Porto Mendes, Marechal Cândido Rondon-PR.** Monografia- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE. Marechal Cândido Rondon, 2017.